



CADERNO DE ENCARGOS

GESTÃO DE COMBUSTÍVEIS VEGETAIS NA FAIXA DE DOMÍNIO PÚBLICO DA REDE VIÁRIA MUNICIPAL, TERRENOS DO MUNICÍPIO E PASSADIÇOS DO CÔA

Procedimento n.º 24/2024

CPV: 77230000-1 – Serviços relacionados com silvicultura

7

CADERNO DE ENCARGOS

**GESTÃO DE COMBUSTÍVEIS VEGETAIS NA
FAIXA DE DOMÍNIO PÚBLICO DA REDE VIÁRIA
MUNICIPAL, TERRENOS DO MUNICÍPIO E
PASSADIÇOS DO CÔA**



CADERNO DE ENCARGOS

GESTÃO DE COMBUSTÍVEIS VEGETAIS NA FAIXA DE DOMÍNIO PÚBLICO DA REDE VIÁRIA MUNICIPAL, TERRENOS DO MUNICÍPIO E PASSADIÇOS DO CÔA

Procedimento n.º 24/2024

CPV: 77230000-1 – Serviços relacionados com silvicultura

7

CADERNO DE ENCARGOS

**GESTÃO DE COMBUSTÍVEIS VEGETAIS NA
FAIXA DE DOMÍNIO PÚBLICO DA REDE VIÁRIA
MUNICIPAL, TERRENOS DO MUNICÍPIO E
PASSADIÇOS DO CÔA**

ÍNDICE:

CAPITULO I - CLÁUSULAS JURÍDICAS	4
Cláusula 1.º- Objeto	4
Cláusula 2.º- Preço Base	4
Cláusula 3.º - Contrato	4
Cláusula 4.º - Prazo de execução do Serviço	5
CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	5
SECÇÃO I - OBRIGAÇÕES DO PRESTADOR DE SERVIÇOS	5
SUBSECÇÃO I - DISPOSIÇÕES GERAIS	5
Cláusula 6.º - Obrigações do prestador de serviços	5
Cláusula 7.º - Confidencialidade e Proteção de dados	6
SUBSECÇÃO II - DEVER DE SIGILO	9
Cláusula 8.º - Dever do sigilo	9
Cláusula 9.º - Prazo do dever de sigilo	9
SECÇÃO II - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA	9
Cláusula 10.º – Obrigações do Município	9
Cláusula 11.º – Preço Contratual	10
Cláusula 12.º - Condições de pagamento	10
Cláusula 13.º – Revisão de Preços	10
CAPÍTULO III – PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÕES	10
Cláusula 14.º - Penalidades contratuais	10
Cláusula 15.º - Força maior	11
Cláusula 16.º - Resolução por parte do contraente público	13
Cláusula 17.º - Rescisão do contrato	13
CAPITULO IV - CAUÇÃO	13
Cláusula 18.º - Execução da caução	13
CAPITULO V - RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS	13
Cláusula 19.º - Foro competente	13
Cláusula 20.º - Subcontratação e cessão de posição contratual	14
Cláusula 21.º - Comunicações e notificações	14
Cláusula 22.º - Contagem dos prazos	14
Cláusula 23.º - Legislação aplicável	14
CAPITULO VI - CLÁUSULAS TÉCNICAS	14
Cláusula 24.º- Objetivos	14
Cláusula 25.º- Disposições Específicas	14

Capítulo I - Cláusulas Jurídicas

Cláusula 1.º - Objeto

O objeto do contrato consiste, de acordo com as cláusulas técnicas descritas na Parte II deste caderno de encargos, No fornecimento de **"GESTÃO DE COMBUSTÍVEIS VEGETAIS NA FAIXA DE DOMÍNIO PÚBLICO DA REDE VIÁRIA MUNICIPAL, TERRENOS DO MUNICÍPIO E PASSADIÇOS DO CÔA"**.

Cláusula 2.º - Preço Base

O preço base que a entidade adjudicante se dispõe a pagar não deve exceder o máximo de **€ 44.451,88 (quarenta e quatro mil, quatrocentos e cinquenta e um euros e oitenta e oito cêntimos)** acrescido do IVA à taxa legal em vigor.

Cláusula 3.º - Contrato

1 — O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

2 — O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

a) Os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelo concorrente, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;

b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;

c) O presente Caderno de Encargos;

d) A proposta adjudicada;

e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do Contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos

Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 4.º - Prazo de execução do Serviço

A vigência do Contrato terá início a partir da data da sua assinatura e vigorará pelo prazo de 90 (noventa) dias.

Cláusula 5.º Contagem dos Prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Capítulo II - Obrigações contratuais

Secção I - Obrigações do prestador de serviços

Subsecção I - Disposições gerais

Cláusula 6.º - Obrigações do prestador de serviços

1. Durante o prazo da prestação de serviços são da inteira responsabilidade do concorrente todos os custos inerentes à sua atividade.

2. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato, tendo em conta as seguintes disposições:

a) cumprir as obrigações referidas nas Disposições específicas na clausula nº 25 deste caderno encargos.

b) garantir a contratação de seguro de responsabilidade civil cobrindo qualquer tipo de acidente sobre pessoas ou bens proveniente direta ou indiretamente da prestação do serviço.

c) O adjudicatário responde pelos danos que causar à entidade contratante em razão do incumprimento culposo das obrigações que sobre ele impendam, nos termos das disposições seguintes.

d) O adjudicatário responde ainda perante a entidade contratante pelos danos causados pelos atos e omissões de terceiros, por si empregues na execução de obrigações emergentes do contrato, como se tais atos ou omissões fossem praticados por aquele). O adjudicatário fica obrigado a prestar toda a colaboração e esclarecimentos necessários, sempre que solicitado pela entidade adjudicante, sob pena de resolução do contrato;

e) reserva-se o direito à Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, sempre que entenda necessário, de proceder à fiscalização da adjudicação e a todas as condições a estas inerentes, fixadas em contrato;

f) O adjudicatário deverá sinalizar convenientemente os troços das estradas onde se encontrar a realizar os trabalhos, utilizando para o efeito as placas de sinalização preconizadas pelo Regulamento de Sinalização de Trânsito;

g) se a prestação de serviços decorrer durante o período crítico de incêndios florestais, o adjudicatário deverá ainda dar cumprimento ao estabelecido no artigo 69.º (Maquinaria e equipamentos) do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, o qual estabelece as medidas e ações estruturais e operacionais relativas à prevenção e proteção das florestas contra incêndios.

3. A título acessório, o prestador de serviços ficará ainda obrigado a recorrer a todos os meios humanos, materiais e equipamentos que sejam necessários e adequados à prestação de serviços, bem garantir que todas as viaturas e equipamentos mecânicos a utilizar na prestação de serviços se encontram em perfeitas condições de operação.

Clausula 7.º - Confidencialidade e Proteção de dados

1 — O adjudicatário obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo apos a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pela Primeira Outorgante ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele.

2 — Os dados pessoais a que a Segunda Outorgante tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela Primeira Outorgante ao abrigo do contrato serão tratados em estrita observância das regras e normas da Primeira Outorgante.

3 — O adjudicatário compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar a disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela Primeira Outorgante ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pela Primeira Outorgante.

4 — No caso em que a Segunda Outorgante seja autorizada pela Primeira Outorgante a subcontratar outras entidades para a prestação de serviços, o mesmo será a única responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas.

5 — O adjudicatário obriga-se a garantir que as empresas por este subcontratadas cumprirão o disposto na Lei da Proteção de Dados Pessoais (Lei n.º 67/98, de 26 de outubro, doravante designada por LPDP) e nas demais legislações aplicáveis, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que a Segunda Outorgante celebra com outras entidades por si subcontratadas.

6 — O adjudicatário obriga-se a cumprir rigorosamente o disposto na LPDP e demais legislações aplicáveis em matéria de tratamento de dados pessoais e nomeadamente a:

a) utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela Primeira

Outorgante única e exclusivamente para efeitos da prestação dos serviços objeto deste contrato;

b) observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;

c) manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;

d) cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que a Primeira Outorgante esteja vinculada, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;

e) por em pratica as medidas técnicas e de organização necessárias a proteção dos dados pessoais tratados por conta da Primeira Outorgante contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;

f) assegurar que os seus colaboradores cumpram todas as obrigações previstas no contrato.

7 — O adjudicatário será responsável por qualquer prejuízo em que a Primeira Outorgante venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato.

8 — Para efeitos do disposto no numero anteriores da presente clausula entende-se por “colaborador” toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços a Segunda Outorgante, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vinculo jurídico estabelecido entre a Segunda Outorgante e o referido colaborador.

9 — A obrigação de sigilo prevista na presente clausula mantem-se mesmo apos a cessação do presente contrato, independentemente do motivo porque ocorra.

Subsecção II - Dever de sigilo

Clausula 8.º - Dever do sigilo

1- O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Vila Nova de Foz Côa, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato;

2- A informação e a documentação coberta pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato;

3- Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 9.ª - Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo a contar do cumprimento ou cessação do contrato, independentemente da causa, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Secção II - Obrigações do Município de Vila Nova de Foz Côa

Cláusula 10.ª - Obrigações do Município

1 - Compete à Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa disponibilizar todos os locais onde vão decorrer os trabalhos de limpeza, os quais são do domínio público municipal.

Cláusula 11.ª - Preço Contratual

1 - Pelo fornecimento dos serviços do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Vila Nova de Foz Côa, deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2- O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao município.

Cláusula 12.ª - Condições de pagamento

1- - A(s) quantia (s) devida pelo Município de Vila Nova de Foz Côa, nos termos da cláusula anterior, deve(m) ser paga(s) no prazo de 60 dias, após a receção pela autarquia das faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

2- - Para efeito do número anterior, a obrigação considera-se vencida no final da aceitação do serviço prestado e contra fatura referidos nas cláusulas técnicas deste caderno encargos.

3 - Nas condições de pagamento a apresentar pelos concorrentes não podem ser propostos adiantamentos por conta da prestação de serviços, salvo se o mesmo pedido de adiantamento for sustentado por uma caução de igual montante, que garanta a importância adiantada.

4- Desde que devidamente emitidas e observado nos pontos anteriores, as faturas são pagas através de transferência bancária.

Cláusula 13.ª - Revisão de Preços

Atendendo ao prazo de execução dos serviços a contratar, o preço contratual não estará sujeito a revisão de preços.

Capítulo III - Penalidades contratuais e resoluções

Cláusula 14.ª - Penalidades contratuais

1 - Se o adjudicatário não concluir a prestação de serviços dentro do prazo contratualmente estabelecido, ao Município de Vila Nova de Foz Côa reserva-se o

direito de rescindir o respetivo contrato, bem como imputar-lhe todas as responsabilidades que daí possam advir.

2 - Excetuam-se do número anterior atrasos de força maior, desde que devidamente justificados e atempadamente comunicados à Câmara Municipal.

3 - Nos termos do disposto no Artigo 456º do CCP, constitui contraordenação punível com coima de 2.000,00€ a 3.700,00€ ou de 7.500,00€ a 44.800,00€, consoante seja aplicada a pessoa singular ou a pessoa coletiva, entre outras situações descritas naquele artigo, a não apresentação pelo adjudicatário no prazo fixado para o efeito, de quaisquer documentos de habilitação exigidos pelo CCP e as constantes no presente caderno de encargos nomeadamente:

- Licença para transporte coletivo de crianças de todos os veículos;
- Certificado que habilita o condutor a efetuar transporte coletivo de crianças, de todos os motoristas;
- Seguro de responsabilidade civil de cada um dos veículos com capital de 50.000.000,00€.

Cláusula 15.ª - Força maior

1 — Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 — Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 — Não constituem força maior, designadamente:

a) Circunstâncias que não constituam de força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;

b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outras formas resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele venham a recair;

d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;

e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;

g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 — A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 — Quando uma das partes não aceite por escrito que certa ocorrência invocada pela outra constituía força maior, cabe a esta fazer prova dos respetivos pressupostos.

6 — A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

7 - Sem prejuízo do disposto no numero 1 da presente clausula, caso a impossibilidade de execução do contrato, em resultado de caso de força maior, se prolongue por um período continuo superior a um quinto do prazo de execução, , qualquer das partes pode proceder à respetiva resolução, a exercer através dos meios previstos na alínea c) do artigo 330.º do CCP.

Cláusula 16.^a - Resolução por parte do contraente público

1 — Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Município de Vila Nova de Foz Côa pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

2 — O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor e não determina a repetição das ações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo contraente público.

3 - A resolução do contrato não prejudica o direito à indemnização que caiba ao Município de Vila Nova de Foz Côa nos termos gerais de direito.

Cláusula 17.^a - Rescisão do contrato

1 - O contrato de prestação de serviços poderá ser rescindido para além dos casos previstos na legislação em vigor, pelas seguintes causas:

- a) Quando não seja cumprido o prazo inicial da prestação do serviço (ver se a lei permite esta designação) ou das prorrogações;
- b) Quando o adjudicatário não cumprir integralmente as condições e obrigações deste caderno de encargos.
- c) Aquando da integração deste circuito na rede de transporte público do concelho.

Capítulo IV - Caução

Cláusula 18.^a - Execução da caução

Não é exigida caução nos termos do n.º 2 do artigo n.º 88º do Código dos Contratos Públicos.

Capítulo V - Resolução de litígios

Cláusula 19.^a - Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo e fiscal de Viseu, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 20.^a - Subcontratação e cessão de posição contratual

1 -A subcontratação pelo fornecedor e a cessão de posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do CCP.

Cláusula 21.^o - Comunicações e notificações

1 — Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 — Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 22.^a - Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 23.^a - Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa. A tudo o que não esteja especialmente previsto aplica-se o regime previsto no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro na sua redação atual (Código dos Contratos Públicos e demais legislações aplicáveis) e o estabelecido no Decreto – Lei n.º 13/2006, de 17 de abril na redação atual introduzida pela Lei n.º 17-A/2006, de 26 de maio, Decreto-Lei n.º 255/2007, de 13 de julho e Lei n.º 5/2013 de 22 de janeiro.

Capítulo VI - Cláusulas Técnicas

Cláusula 24.^o - Objetivos

O Município de Vila Nova de Foz Côa pretende contratar a aquisição de serviços para a **“Gestão de Combustíveis vegetais na faixa de domínio publico da rede viária Municipal, terrenos do Município e Passadiços do Côa”**, a ter lugar no concelho de Vila Nova de Foz Côa, de modo a reduzir o risco de propagação de incêndios, e ainda a melhorar as condições de visibilidade e a facilitar o escoamento



das águas superficiais para os órgãos de drenagem, promovendo a conservação dos pavimentos.

Os trabalhos da presente aquisição de serviços estão tipificados da seguinte forma:

- Vias de comunicação - Rede viária principal e rede viária secundária

Ceifa da vegetação, desramações e controlo de densidades nas bermas, valetas e taludes, numa faixa de largura média de 10 (dez) metros para cada lado da faixa de rodagem, incluindo a remoção dos sobrantes.

- Passadiços do Côa

Ceifa da vegetação, desramações e controlo de densidades, numa faixa de largura não inferior a 10 metros para cada lado da estrutura em madeira designada "Passadiços do Côa", incluindo a remoção dos sobrantes.

- Limpeza de terrenos que são propriedade do Município

Ceifa da vegetação, desramações e controlo de densidades, incluindo a remoção dos sobrantes.

Cláusula 25.ª - Disposições Específicas

1 - A prestação de serviços rege-se pelas seguintes disposições específicas:

- a) A ceifa da vegetação, desramações e controlo de densidades das "bermas" (esquerda e direita) deverá ser efetuada numa faixa com uma largura média de 10,00m para cada um dos lados do limite da faixa de rodagem das vias de comunicação, independentemente de o talude ser em aterro ou escavação, incluindo a remoção dos resíduos resultantes que ficarem depositados na faixa de rodagem, bermas e valetas;
- b) A ceifa da vegetação também deverá ser efetuada nos eventuais ilhéus, rotundas ou separadores centrais existentes nos entroncamentos ou cruzamentos das vias de comunicação incluídas na prestação de serviços;
- c) Ceifa da vegetação, desramações e controlo de densidades em terrenos que são do Município. Deverão ser retirados os sobrantes.

-
- d) A ceifa da vegetação, desramações e controlo de densidades na estrutura dos Passadiços do Côa deverá ser efetuada numa faixa com uma largura **não inferior** a 10 metros para cada lado, a contar da linha média do corredor do passadiço.

2 - Nas formações arbustivas e arbóreas serão suprimidas as ramificações que se sobreponham à faixa de gestão referida no ponto anterior, reduzindo o risco de propagação de incêndio e aumentando as condições de visibilidade dos utilizadores da via;

Nas formações arbustivas e arbóreas que se encontrem na faixa de gestão referidas, relativamente às espécies a preservar, deverá ser cumprido o seguinte: o afastamento de copas terá de ser obrigatoriamente superior a 4m e a desramação terá de ter pelo menos 50% do fuste para árvores com altura total até 8m, altura a partir da qual a desramação deverá atingir no mínimo um fuste limpo de 4m. Todas as árvores queimadas e secas que se encontrem na área de intervenção, têm obrigatoriamente de ser retiradas do local;

Os matos sobrantes e material proveniente de corte e poda de árvores deverão ser eliminados;

A eliminação de materiais referidos no ponto anterior, pode ser efetuada com recurso a:

- a) queima;
- b) destroçamento e enterramento no solo por ação mecânica, entre as quais por gradagem;
- c) estilhaçamento e queima ou espalhamento;
- d) estilhaçamento e eliminação por transporte do local;
- e) optando pelas hipóteses referidas nas alíneas c) e d), não poderá existir estilha amontoada no terreno por mais de 15 (quinze) dias;

f) as podas e cortes de árvores protegidas por lei terão que ser alvo de autorização de acordo com a legislação em vigor, sendo que para tal têm obrigatoriamente que ser marcadas e ser oficialmente emitida autorização;

g) as autorizações referidas na alínea anterior, bem como outras que venham a ser necessárias, para a boa realização dos trabalhos que compõem a presente prestação de serviços, deverão ser solicitadas às diferentes entidades, pessoas coletivas ou em nome individual, pelo adjudicatário.

As vias municipais onde se pretende intervir no âmbito da presente prestação de serviços encontram-se listadas no ANEXO VI. 1 (Rede Viária Municipal Principal) e ANEXO VI. 2 (Rede Viária Municipal Secundária) das peças escritas constantes do «ANEXO VI» deste Caderno de Encargos, que totalizam uma extensão, de eixo de via, de aproximadamente 106 km (troços predominantemente rurais). **Os troços das vias a intervir estão assinalados com a célula preenchida com fundo de cor “verde” e inscrição de texto “SIM”, e anexa-se também às peças do procedimento um ficheiro em formato “KML” com os eixos dessas vias, devidamente georreferenciadas.**

Nas peças desenhadas (Planta F01: Traçado da Rede Viária Municipal - Principal e Secundária -) constante do citado Anexo VI, encontram-se assinaladas e identificadas todas as estradas da rede viária municipal.

Item	Designação de trabalhos	Unidades	Partes iguais	Quantidades
1	Gestão de Combustíveis em vias de comunicação, numa faixa de largura média de 10 metros			
1.1	Ceifa de vegetação nas bermas, valetas e taludes, numa faixa de largura média de 10 metros para cada lado da faixa de rodagem, incluindo a remoção dos sobrantes			
1.1.1	Rede viária Principal(estradas municipais e estradas nacionais desclassificadas)	Km	2	82,201
1.1.2	Rede viária secundária(caminhos municipais)	Km	2	34,332
2	Limpeza de terrenos que são propriedade do Município			
2.1	Ceifa de vegetação, desramações e controlo de densidades, incluindo a remoção dos sobrantes			

Município de Vila Nova de Foz Côa

2.1.1	Corte de vegetação e desramações	Ha		0,06
2.1.2	Corte de vegetação	Ha		0,30
3	Gestão de Combustíveis em vias de comunicação, numa faixa de largura média de 10 metros			
3.1	Ceifa de vegetação, desramações e controlo de densidades, numa faixa de largura não inferior a 10 metros para cada lado da estrutura em madeira designada "Passadiços do Côa", incluindo a remoção dos sobrantes			
3.1.1	Passadiços do Côa	Km	2	0,930

3 - Após a conclusão dos trabalhos de gestão de combustíveis das bermas, valetas e taludes de um troço de estrada, ou preferencialmente antes do final de cada dia de trabalho, o adjudicatário deverá efetuar a remoção de todos dos resíduos resultantes da limpeza e existentes na plataforma e valetas da estrada, com recurso aos meios mais convenientes, e encaminhá-los, se necessário, a operador licenciado.

Nos terrenos do Município, após a conclusão dos trabalhos de gestão de combustíveis, desramações e controlo de densidades o adjudicatário deverá efetuar a remoção de todos dos resíduos resultantes da limpeza, com recurso aos meios mais convenientes, e encaminhá-los, se necessário, a operador licenciado. O material lenhoso poderá tritura-lo e espalhar no local.

Paços do Município de Vila Nova de Foz Côa, 10 de abril de 2024

O Presidente da Câmara,



Dr. João Paulo Lucas Donas Botto Sousa